

Património Mundial e globalização: uma leitura geográfica

João Luís Jesus Fernandes

Instituto De Estudos Geográficos/Centro De Estudos Geográficos

1 - A classificação e patrimonialização dos lugares: introdução

A classificação de lugares é uma prática longínqua. A atribuição de valores de excepção e de algum estatuto de relevância tem marcado as sucessivas geografias mundiais de paisagens mais ou menos humanizadas, de sítios, monumentos, cidades ou, mais recentemente, valores imateriais.

A atribuição destes estatutos tem sido caracterizada pela variabilidade de propósitos e pela diversidade de classificações, num processo agora assumido como uma forma de conferir a alguns lugares uma relevância geográfica extra-local e contribuir para a construção de uma comunidade global de valores comuns e interesses partilhados.

Contudo, nem sempre os princípios gerais de comunhão e partilha de responsabilidades são entendidos de forma consequente. Em primeiro lugar, classificar nem sempre tem implicado uma efectiva protecção dos valores. Em segundo, nem sempre as redes globais de classificação resultam de uma partilha de interesses entre diferentes territórios: se é frequente a comunhão de objectivos e a complementaridade, é também comum a concorrência entre países, cidades ou outras unidades geográficas. A classificação, mais do que para o estabelecimento de um sentimento comum de pertença, é também utilizada como factor de diferenciação positiva e concorrência entre lugares. Por último, nem sempre se tem assegurado a sustentabilidade económica e a viabilidade dos quotidianos das populações locais sobre as quais recaem estatutos de protecção limitadores de apropriações espaciais.

Apesar de tudo, os estatutos de classificação podem ser parte de estratégias de marketing territorial (KOTLER *et al.*, 1993), globalizando topónimos antes confinados a escalas locais de percepção e publicitando lugares sobretudo na concorrência mundial sobre o destino dos fluxos turísticos, agora uma das mais importantes fontes económicas de receita. É nesse sentido que classificar significa também, em muitos casos, uma forma de conferir relevo geográfico e defender as especificidades e os valores do espaço

geográfico aos quais se atribuem poderes simbólicos e, a partir destes, vantagens económicas.

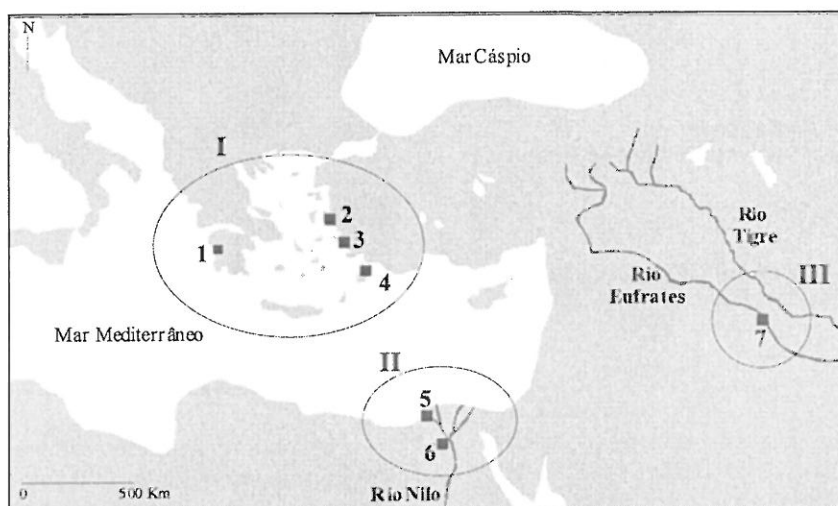
2 - A evolução espacial da rede Património Mundial

Uma das classificações com maior implantação global refere-se aos lugares e sítios reconhecidos como Património Mundial, uma rede que, desde meados do século XX, se tem alargado em número, em localizações e no âmbito patrimonial dos valores classificados e protegidos. O texto que agora se apresenta orienta-se por uma questão: qual o significado geográfico do conceito e da rede de Património Mundial? Porque é também esta uma matéria geográfica?

O conceito de Património Mundial está a jusante de um longo caminho de ideias, posturas e conceitos de universalidade, mais ou menos utópicas, que se levantaram contra mundos fechados e de encerramento (PUREZA, 1998 e MATTELART, 2000).

Um dos mais recuados exemplos dessa prática vem da antiguidade clássica. Apesar da escassa informação disponível, sabe-se que a lista das *sete maravilhas do mundo antigo* terá sido compilada por volta do século II A.C.¹ Esta listagem, premonitória de práticas de classificação posteriores, agrupou 7 monumentos considerados relevantes para o mundo conhecido na época. Quase todos com uma localização mediterrânea (Figura 1), o epicentro de então, aqui encontramos referência ao valor universal das Pirâmides de Gizé, aos Jardins Suspensos da Babilónia, à Estátua de Zeus (em Olímpia), ao Templo de Artémis

¹ Não está esclarecida a origem desta ancestral listagem patrimonial. Sabe-se que as primeiras referências a este grupo de *maravilhas da antiguidade* terão sido feitas na *História* de Heródoto (no século V A.C.). Callimachus de Cyrene (305-240 A.C.) terá também escrito a obra *A collection of wonders around the world* (título na versão inglesa), um trabalho sobre o qual apenas se conhece o título uma vez que terá sido eliminado quando da destruição da Biblioteca de Alexandria. Antipater, um poeta grego nascido em Sidon, no século II A.C., terá também contribuído para esta compilação. A lista final, que não se sabe porque terá ficado limitada a sete, pensa-se ter sido organizada mais tarde, já na Idade Média europeia (University of South Florida, 2003).



LEGENDA

1. Estátua de Zeus; 2. Templo de Artémis; 3. Mausoléu de Halicarnasso; 4. Colosso de Rodas; 5. Farol de Alexandria; 6. Pirâmides de Gize; 7. Jardins suspensos da Babilónia.

Figura 1

Lugares identificados com a lista das sete maravilhas do mundo antigo.

Fonte: Elaboração própria.

(em Éfeso), ao Mausoléu de Halicarnasso, ao Colosso de Rodas e ao Farol de Alexandria, num conjunto agrupado em 3 importantes geografias do mundo antigo: o mar Egeu, a foz do Nilo e o Crescente Fértil².

Outro exemplo relevante para a criação de uma rede de lugares classificados foi a assinatura, em 1935, do Pacto Roerich, um tratado internacional que, ao abrigo da organização entretanto criada, também conhecida como *Cruz Vermelha da Cultura*, defendia que todos os lugares com importância histórica e cultural deveriam ser declarados neutros e, por essa via, protegidos em caso de conflito bélico. Apesar dos enunciados, esta iniciativa não teve sequência, nem há notícia de que algum lugar reconhecido pela sua importância cultural e histórica tenha sido preservado por via da aplicação de meios de protecção ao abrigo deste tratado que, de resto, não previu instrumentos concretos. Ainda assim, esta ideia constituiu um ensaio para outros modelos de protecção que marcaram o século XX.

Se estes dois exemplos não são hoje mais do que meras curiosidades históricas, a verdade é que, ao longo do tempo, o espaço geográfico tem sido polvilhado por diferentes classificações, de áreas ou pontos, através de estatutos muitas das vezes sobrepostos, resultado de serem decididos em várias instâncias descoordenadas de poder (desde o local ao transnacional).

Neste caminho, um dos momentos mais marcantes foi a assinatura em 1972, na Assembleia Geral da UNESCO, realizada em Paris, da *Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural*.

Em 1959, a ameaça ao conjunto patrimonial de Abu Simbel, em consequência da construção da barragem de Assuão, no Egipto, despoletou um movimento internacional liderado pela UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) para a defesa destes valores culturais. Esta campanha inspirou outras acções de protecção, casos de Veneza (Itália) e de Moenjodaro (Paquistão). Entretanto, a UNESCO, em conjunto com o ICOMOS (International Council on Monuments and Sites), prepara uma convenção internacional para protecção legal de valores culturais. A associação com a IUCN alargou o projecto à conservação de valores naturais.

Este movimento culminou com a redacção do tratado internacional - a *Convenção para a Protecção*

² Esta é apenas a listagem das classificações no geral aceites como fazendo parte do grupo original pois, ao longo do tempo, têm sido citadas outras referências. Mais recentemente, corre na internet um inquérito da iniciativa da *New 7 Wonders Society* para determinar as sete novas maravilhas do mundo contemporâneo (New 7 Wonders Society, 2003). Neste site estão a voto sítios como a Muralha da China, o Taj Mahal (Índia), a Golden Gate, em S. Francisco (EUA), a Ópera de Sidney (Austrália) e Petra (na Jordânia).

do *Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade*³, assinado na assembleia-geral da UNESCO, realizada em Paris em 1972. Com este documento, a comunidade internacional assume a existência de valores patrimoniais com uma relevância global⁴. Embora reafirme o papel de cada Estado na defesa desses valores, este documento pressupõe o estabelecimento de uma rede global de cooperação com vista à defesa de bens reconhecidos como universais: "*O Patrimônio Mundial, independentemente da sua localização, pertence a toda a população mundial*" (UNESCO World Heritage Centre, 2000: 2)⁵. Por outro lado, este tratado lembra-nos ainda que, ao "*ter em consideração o Patrimônio Cultural mas também o Patrimônio Natural, a Convenção valoriza a interação entre o homem e a natureza e sublinha a necessidade de preservar os equilíbrios dessa relação*" (UNESCO World Heritage Centre, 2000: 3)⁶. De acordo com este texto, foi estabelecido um grupo intergovernamental no seio da UNESCO, o Comité do Patrimônio Mundial que, trabalhando com o aconselhamento do ICOMOS e do IUCN⁷, é responsável pelo estabelecimento de uma lista de lugares classificados com o estatuto de Patrimônio Mundial.

Desde essa data têm sido classificados bens patrimoniais, divididos em 3 categorias (culturais, naturais e mistos) e, agora, numa 4ª (os valores imateriais).

1- *Patrimônio mundial de valor natural* - aspectos naturais, monumentos geológicos e sítios naturais importantes como testemunhos da História geológica e biológica da Terra; áreas superlativas de excepcional beleza e valor estético; áreas importantes para a preservação de espécies ameaçadas e relevantes sob o ponto de vista científico ou de conservação.

2- *Patrimônio mundial de valor cultural* - sítios, monumentos ou grupos de edifícios que testemunhem de modo relevante a criatividade humana, que simbolizem momentos importantes de intercâmbio intercultural, sejam testemunhos de uma civilização ameaçada, em extinção ou já desaparecida ou simbolizem momentos marcantes da História da humanidade.

3- *Patrimônio mundial de valor misto* (cultural + natural), nas quais se integram as paisagens cultu-

rais, que assumem agora uma importância crescente. Nas palavras de Paolo Ceccarelli e Mechthild Rössler (2002: 5)⁸, "*As paisagens culturais tornaram-se um dos principais elementos da rede Patrimônio Mundial. Estas representam uma ponte entre a ação natural e a ação antrópica e são lugares onde, em todo o mundo, as populações desenvolvem o seu quotidiano e expressam as suas identidades, os seus sentimentos e as suas devoções*".

4- A partir de 2003, foi também considerado um quarto grupo de bens patrimoniais a classificar: o *Patrimônio Imaterial e Intangível da Humanidade*, que aponta para a necessidade de preservar tradições e expressões orais, incluindo as línguas, as artes do espectáculo, práticas sociais, rituais, festivais e o artesanato tradicional. Com efeito, logo após a assinatura do tratado de 1972, alguns Estados manifestaram interesse na criação de um instrumento de salvaguarda do patrimônio imaterial, facto que viria a culminar, em 1989, com a adopção pela UNESCO da *Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore*. Este passo teve depois sequência na distinção internacional intitulada *Proclamação das Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade*, que visa distinguir valores culturais e formas de expressão popular e tradicional, como sejam as línguas, os costumes, o artesanato, os jogos, a mitologia, a tradição oral e outras formas de expressão de identidades locais que devem ser preservadas face às tendências para a uniformização que se reconhecem em muitos dos fluxos da globalização.

A convenção de 1972 tem sido aplicada, de modo sistemático, numa evolução constante de sítios classificados (Figura 2), com predomínio dos valores culturais sobre os restantes, onde encontramos bens com expressões geográficas pontuais e áreas de grande diversidade, desde lugares de culto (alguns associados a práticas religiosas contemporâneas, outros a rituais do passado), centros históricos de algumas cidades, parques naturais, patrimônio espeleológico ou antigos mausoléus. Com efeito, trata-se de uma rede de proteção criações humanas consideradas relevantes mas, ao mesmo tempo, valores que resistiram à ação humana neste contínuo processo de artificialização da superfície terrestre (uma dinâmica paradoxal de criação e destruição de patrimônio).

Iniciando a década de 80 do século passado com cerca de 100 lugares classificados com o estatuto de

³ No original, em inglês, *Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage*.

⁴ Em Janeiro de 2001, a *Convenção* tinha sido assinada por 162 Estados.

⁵ A tradução é da responsabilidade do autor.

⁶ A tradução é da responsabilidade do autor.

⁷ Há ainda uma terceira organização consultiva - o ICCROM (International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property), que tem um papel activo na preparação técnica para a preservação e conservação de valores patrimoniais.

⁸ A tradução é da responsabilidade do autor.

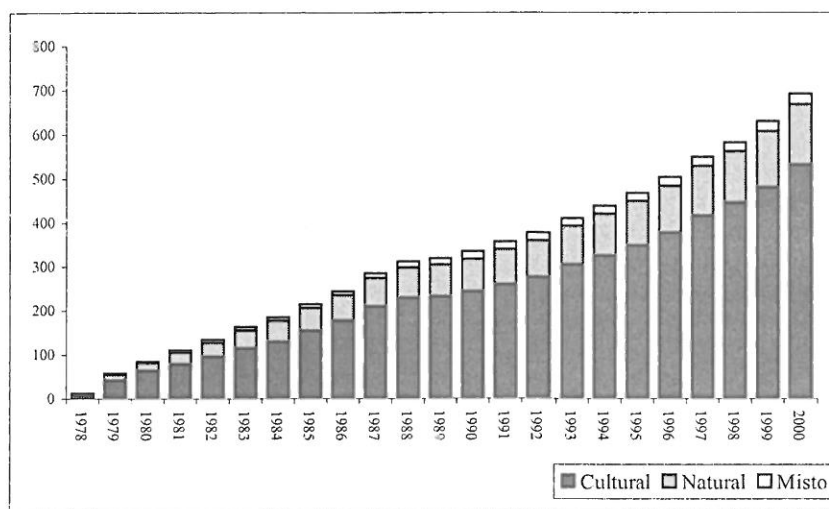


Figura 2

Evolução do número de lugares Património Mundial, segundo a categoria de classificação.

Fonte: Elaboração própria a partir de W. H. C. (2001)

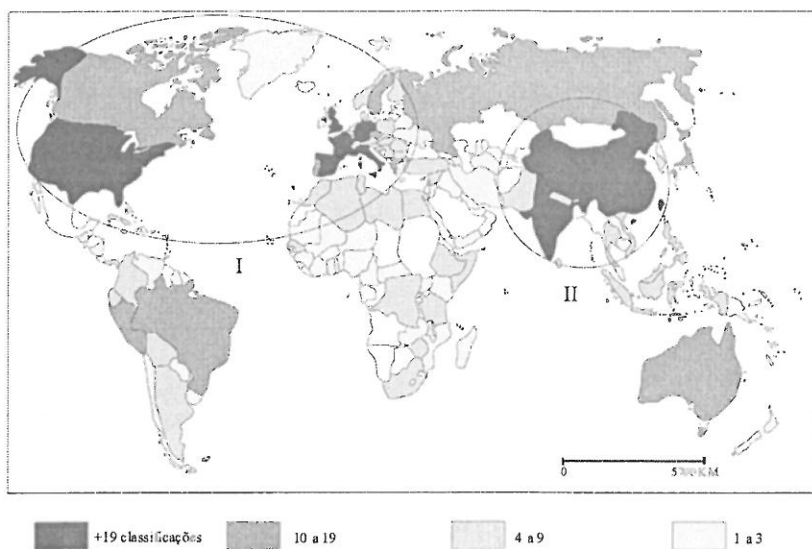


Figura 3

Distribuição geográfica do Património Mundial nos diferentes países do globo (em destaque, as áreas geográficas, I e II, de maior concentração dos sítios classificados)⁹.

Fonte: Elaboração própria a partir de UNESCO World Heritage Centre (2001)

⁹ Esta representação cartográfica ficaria mais sugestiva caso se usasse uma representação pontual, proporcional ao número efectivo de classificações em cada país. Apesar disso, esse método resultaria, a esta escala, num cartograma de difícil leitura. É também importante referir que existem lugares património mundial repartidos por dois países (caso,

por exemplo, da Reserva Natural dos Montes Nimba, entre a Guiné Conakry e a Costa do Marfim). Neste caso, esta classificação foi contabilizada em ambos os países. Os países em branco ou não assinaram a Convenção do Património Mundial ou, caso tenham aderido a este tratado, não apresentam qualquer lugar na lista.

Património da Humanidade, no início do século XXI esse valor atinge as cerca de 7 centenas. Como se pode ainda verificar na figura 2, esse acréscimo tem sido alimentado sobretudo pela classificação de sítios património cultural, uma categoria desde o início maioritária em relação aos restantes estatutos.

Em 2001, a listagem de lugares Património Mundial ascendia a 690 - 529 integrados no grupo de valores culturais (cerca de 77%), 138 naturais (20,3%) e ainda 23 mistos (3,5%) (UNESCO World Heritage Centre, 2001). Nesta lista, encontra-se um conjunto variado de classificações, desde parques naturais e nacionais a castelos e outras fortalezas, cidades históricas e muralhadas, mausoléus, catedrais e mesquitas, palácios, museus e espaços ajardinados, templos megalíticos e necrópoles. A longa história de artificialização da superfície terrestre está expressa na geografia do Património Mundial, que reúne produtos humanos com obras da natureza ou, embora ainda de modo residual, paisagens classificadas como mistas.

A distribuição geográfica de sítios classificados é global, embora desequilibrada (Figura 3).

Como se verifica, existe uma desigual distribuição geográfica dos sítios Património Mundial. Quase 40% dos 690 lugares classificados em 2001 localizavam-se na região constituída pela América do Norte e pela Europa Ocidental (Quadro 1). Aqui, destacam-se países como a Espanha (35 classificações) e a Itália (com 33), onde se localizam valores como a Catedral de Burgos e as grutas de Altamira, no caso espanhol, ou o centro histórico de Florença ou Veneza e a sua lagoa, no caso italiano. Entre os países mais representados nesta listagem estão ainda os EUA (23 classificações), a Índia (22), a China (27), o México (21), a Alemanha (24), a França (27) e o Reino Unido (20).

Pela maior densidade de classificações, nesta distribuição geográfica destacam-se dois conjuntos. O primeiro, a civilização ocidental (I), que corresponde não apenas às regiões que lideraram o sistema mundial desde as Revoluções Liberais dos séculos XVIII e XIX mas também às civilizações clássicas do Mediterrâneo: Grécia e Roma. No segundo grupo, encontramos os bens patrimoniais das civilizações chinesa e indiana. Nesta lista incluem-se ainda vestígios de civilizações como os Incas, os Maias e os Aztecas, assim como testemunhos da presença europeia em diferentes partes do globo¹⁰.

¹⁰ É o caso dos sítios classificados na Austrália e na América do Sul. Trata-se de classificações onde estão em causa valores patrimoniais dos ecossistemas, e outros, que revelam, quer a presença europeia, quer vestígios de populações autóctones. Por exemplo, no caso do Perú, foram classificados o Parque Nacional do Rio Abiseo (em 1990), mas também a cidade de Cuzco (1983) e as missões jesuítas da Santíssima Trindade do Panamá e Jesus de Tavarangue (1993).

Esta desigual distribuição revela ainda alguma especialização regional, no que respeito às tipologias de património classificado. O Património Cultural tem maior representatividade na região da Europa Ocidental e da América do Norte (onde constitui mais de 87% do património classificado), precisamente onde o denominado Património Natural tem menos expressão. Esta última categoria tem mais expressão em África e nos Países Árabes. Ainda assim, o Património Cultural predomina em todas as grandes regiões do mundo. No entanto, esta evolução reflecte ainda a emergência de novos paradigmas, que ficam registados nas diferentes classificações que vão sendo propostas e aceites: por um lado, a valorização do imaterial e não apenas do material e, mais importante do que isso, a valorização do sistémico em relação ao sumptuoso ou vistoso, o que se reflecte, por exemplo, na forma como em Portugal tem evoluído esta rede, que principiou com os valores considerados de beleza superlativa, sem o respectivo enquadramento sistémico, este já mais evidente nas classificações mais recentes, como a paisagem do Douro.

Quadro 1

Distribuição das 690 classificações de Património Mundial, por grandes regiões do mundo, em 2001

REGIÃO	%
África e países árabes	15,6
América Central e do Sul	14,4
Ásia e Pacífico	19,8
Europa Central e de Leste	11,8
Europa Ocidental e América do Norte	38,6

Fonte: Elaboração própria, a partir de UNESCO World Heritage Centre, 2001

3 - A rede Património Mundial: leitura geográfica

Perante estas dinâmicas, quais as leituras geográficas desta rede de lugares classificados?

Em primeiro lugar, a selectividade espacial desta classificação: "Porquê aqui e não ali?" "Porquê este 'bem' e não outro?". Como se referiu atrás, uma das linhas mais importantes de análise do geógrafo refere-se à desigual repartição espacial dos objectos classificados, facto que deriva de uma dupla parcialidade, de duas visões selectivas, uma no espaço outra no tempo. Com efeito, esta distribuição espacial reflecte relações diferenciadas de poder mas é também testemunha de uma leitura parcial da História e uma ponderação relativa do passado, uma das questões que hoje mais preocupa a Geografia Cultural (MOORE e WHELAN, 2007).

Em segundo, esta rede de classificação valoriza o lugar e o território e promove, por esta via, embora com resultados muito diferenciados, o 'enobrecimento dos elementos simbólicos do espaço', o aumento das rugosidades geográficas e a preservação da 'geodiversidade'. Para Bernard Stiegler (1994), a contemporaneidade vive um tempo de hiperindustrialização, que tudo remete para o consumo e para a produção, daí resultando uma carência de simbolismo e um excesso de materialismo. A defesa de valores patrimoniais e de paisagens através de parques e outras classificações, como Património Mundial, não se desligam deste problema. As áreas protegidas têm contrariado tendências de fundo, ao valorizar elementos simbólicos da paisagem e ao proteger, da economia de mercado e da lógica de produção-consumo, alguns espaços geográficos.

Por outro lado, a constituição de uma rede de lugares de interesse global expressa o difícil caminho para a emergência dos conceitos de Património Mundial e de responsabilidade repartida, isto é, de uma responsabilidade que é agora global: "*Todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos*", afirmou João Paulo II (citado por PUREZA, 1998: 13). Para José Manuel Pureza, estes factos sugerem a passagem de um contexto de sociedades diferenciadas para uma lógica de consciência colectiva (1998: 17). O regime do Património Comum da Humanidade, uma das mais inovadoras manifestações do Direito Internacional Público contemporâneo, marca, no domínio jurídico, a transição do paradigma estatocêntrico para o paradigma da sociedade global.

Ainda para José Manuel PUREZA (1998), a Convenção do Património Mundial é testemunha de uma importante alteração qualitativa na sociabilidade inter-estatal, norteadas agora pela primazia do interesse da comunidade internacional no seu conjunto, ao mesmo tempo trans-espacial e trans-temporal. Na verdade, seguindo ainda Pureza, a qualificação como Património Mundial se, por um lado, impõe à comunidade internacional um dever de cooperação na conservação e valorização daqueles bens, por outro, limita a soberania plena do Estado sobre esses mesmos valores. O Estado, como agente de soberania territorial, não age como proprietário absoluto do património mas como *trustee* ('cuidador') da comunidade internacional relativamente a este. *Cuidador* das gerações presentes, assegurando uma fruição colectiva. Mas também *cuidador* das gerações futuras, garantindo, pela preservação dos bens, o direito da Humanidade à sua memória.

A proliferação e o tipo de bens classificados como Património Mundial ou outro estatuto, revelam também importantes mudanças no conceito de património. Segundo François OST (1995), para além de se

ter passado de uma concepção simples e linear (um monumento, uma espécie, um fenómeno da natureza, por exemplo), para uma definição mais complexa (a paisagem, um ecossistema, uma cultura), passou-se da concepção local para uma definição mais global. Segundo este autor, confirmando as concepções de Pureza, importa menos o património de cada um e mais o património comum do grupo, da nação, da humanidade. De um regime jurídico fundamentado em direitos e obrigações individuais passa-se para um outro, que tem em conta os mais difusos direitos e responsabilidades do colectivo.

Esta rede mobiliza uma outra faceta da globalização. Para além da globalização dos mercados, das novas tecnologias, estamos também aqui perante uma globalização da solidariedade partilhada e da co-responsabilização pelo valor dessa geodiversidade o que leva a que, neste ponto de vista, se transnacionalizem valores outrora locais.

Neste ponto é relevante, sob o ponto de vista da Geografia Cultural, como existe uma co-responsabilização global por lugares antes edificados como instrumentos de encerramento (defesa) ou de ofensiva (apropriação): são as muralhas, as fortalezas, os castelos ou os fortins (Figura 4). Como refere MATTELART (2000: 13), "*Os traços patrimoniais que testemunhavam a rudeza dos Leviatões de ontem metamorfosearam-se em mensagens de reconciliação entre os 'géneros humanos'*". Por isso, ainda segundo este autor, se pode ler na Muralha da China, recuperada com apoios de uma empresa global de origem europeia, a inscrição "*Destinada outrora a proteger dos ataques do inimigo, a Grande Muralha une hoje os povos do mundo. Pode continuar a servir de símbolo da amizade para as gerações futuras*". Com efeito, o mesmo elemento espacial tem diferente enquadramento em diferentes épocas.

Esta cooperação pode ser testemunhada pela criação de algumas organizações transnacionais de lugares unidos por esta classificação. É o caso da Organização das Cidades Património Mundial, fundada em 8 de Setembro de 1993, em Fés, Marrocos e com sede no Quebec, Canadá. Trata-se de uma organização com 208 cidades em parte ou na totalidade classificadas pela UNESCO, com um total de mais de 125 milhões de habitantes, que visa estabelecer pontes de contacto e cooperação, como forma de garantir o cumprimento mais competente e efectivo dos compromissos por cada uma assumidos perante a comunidade internacional no momento da assinatura da Convenção da UNESCO para o Património Mundial (OVPM, 2006).

No entanto, a classificação de sítios com o estatuto de Património Mundial nem sempre se associa à criação de verdadeiros laços de solidariedade entre os lugares e os povos. Como se referiu, essa atribuição

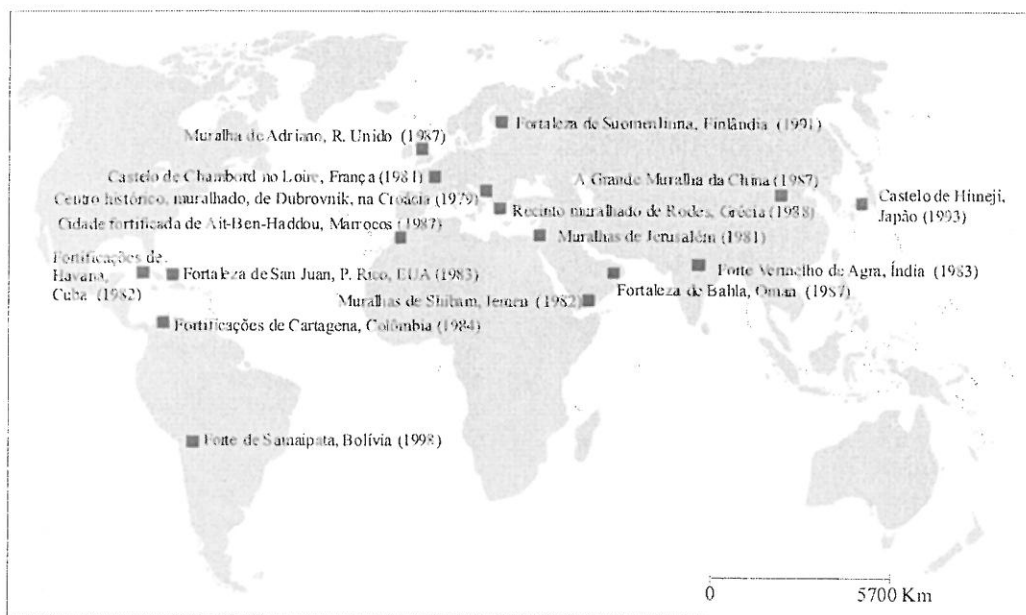


Figura 4
Fortalezas e fortes na rede património mundial (com a data de classificação).

é em muitos casos reveladora de uma estratégia concorrencial entre cidades, regiões ou países que, por esta via, pretendem afirmar-se geograficamente, sobretudo perante os fluxos turísticos que trazem riqueza.

Por isto se associa esta rede a uma outra, a da circulação de turistas à escala global. Os turistas são também conduzidos por imagens de cartaz e consomem lugares previamente assinalados e enobrecidos. É neste ponto que o Património Mundial se liga também à Geografia do Turismo. Para alguns autores, como Paulo Peixoto (2003), esta dinâmica patrimonial reflecte uma concorrência global entre lugares, especialmente importante para a construção de imagens sedutoras de cada um - uma estratégia de marketing para uma maior capacidade de captação de turistas.

O caso português é, neste ponto de vista, revelador do modo como o estatuto constitui um objectivo a alcançar como forma de afirmação (Fotografias 1 e 2).

Observe-se para o efeito a distribuição espacial dos lugares classificados em Portugal (Figura 5) e os lugares que, por diversas vias, já manifestaram interesse na classificação (Figura 6).

Depois da formação da Comissão Nacional das UNESCO, criada em 1979, Portugal aderiu à Convenção do Património Mundial em 1980.

Em 1983, a UNESCO integrou os primeiros sítios portugueses na lista de Património Mundial, numa pro-



Fotografias 1 e 2

Duas formas de promoção de lugares classificados como Património Mundial, no caso português: Vila Nova de Foz Côa e Évora.

gressão que tem aumentado a quota de participação portuguesa nessa rede de lugares classificados (Figura 7)¹¹.

Em 2003, Portugal apresenta 12 lugares classificados como Património Mundial (rever Figura 5), 11 como Património Cultural, e apenas 1, a *Laurissilva* da Madeira, integrado no grupo de Património Natural. Nesta progressão, primeiro foram classificadas as principais pérolas patrimoniais do território português, como a Torre de Belém, o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, o Mosteiro de Santa Maria, de Alcobaça, o Convento de Cristo, em Tomar, e só mais tarde se alargarem os horizontes para paisagens mais integradas como Sintra, o centro histórico do Porto, o Vale do Douro ou o centro histórico de Guimarães. Na verdade, a construção desta lista traduz também a variação do conceito de património a que temos assistido: do lugar restrito, às visões paisagísticas mais integradas.

Daqui resultou uma geografia de lugares Património Mundial, que se distribui quer pelo território continental, quer pelas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, ambas representadas nesta listagem, no primeiro caso com o Centro Histórico de Angra do Heroísmo, uma das primeiras classificações atribuídas a Portugal e, no caso da Madeira, com a *Laurissilva*, vestígio da floresta que existia antes da ocupação humana.

Esta geografia de lugares com estatuto especial tem tendência para, agora talvez de modo mais lento e gradual, se adensar através de outras candidaturas que entretanto possam ser aceites pela UNESCO. De facto, a estratégia de valorização de lugares por via de um estatuto que lhe confira relevância é hoje reconhecida como importante para a promoção desses territórios, sobretudo no âmbito turístico e, por essa via, ganhar uma outra dinâmica no processo de desenvolvimento. O desejo de inscrever novos sítios tem

levado ao empenhamento de actores como as câmaras municipais (como a de Lisboa, envolvida, por exemplo, na apresentação da candidatura da Baixa Pombalina), as regiões de turismo, as associações de cidadãos, as associações de municípios, os governos regionais da Madeira (no caso da candidatura das Ilhas Selvagens) e dos Açores (a respeito da paisagem vinhateira do Pico), e outras instituições como o Museu da Água (que pretende a apresentação da candidatura do Aqueduto das Águas Livres).

Esta estratégia de afirmação tem mesmo suscitado a criação de parcerias, como a que junta a autarquia, a Fundação Casa de Bragança e a Igreja Católica na promoção da candidatura de Vila Viçosa, ou a parceria que envolve a Quercus, a Fundação Oriente, as autarquias de Sesimbra, Palmela e Setúbal, o Parque Natural, a Região de Turismo da Costa Azul e a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, na preparação da candidatura da serra da Arrábida. Há exemplos de iniciativas conjuntas de Portugal e Espanha, como é o caso do envolvimento da câmara municipal de Terras de Bouro, do Parque Nacional da Peneda-Gerês e do Parque Natural da Baixa Limia-Serra do Xurés para a candidatura a Património Mundial da geira romana, uma das mais importantes estradas de ligação de Braga com Astorga nos primeiros séculos da Era Cristã.

Nesta lista de classificações propostas encontramos casos diversificados e com candidaturas com graus de maturidade muito díspares: alguns apresentam já dossiers organizados entregues na Comissão Inter-ministerial de candidaturas nacionais à lista de Património Mundial, outros não são mais que meras manifestações de vontade feitas pelas mais diversas entidades. Grande parte destas propostas incluir-se-ão na lista de Património Cultural, mas outras apontam já para a nova categoria de Património Oral e Imaterial, casos da Festa dos Tabuleiros (Tomar), neste caso integrada com um vasto conjunto de celebrações de países mediterrâneos que integram a chamada rede das festas do sol; da Nazaré, que pretende ver classificados os seus elementos de identidade; ou ainda do Fado de Lisboa e da Canção de Coimbra.

De qualquer dos modos, como se pode verificar mais uma vez pela figura 6, este conjunto de propostas, a concretizar-se, significaria um risco de banalização deste estatuto. Na verdade, a maior parte destas candidaturas não chegará ao fim, até pelas restrições que derivam do crescente rigor imposto pela UNESCO.

Nesta sequência, outra questão pertinente prende-se com a durabilidade desta classificação. A resposta depende de análises concretas mas associa-se a uma questão de fundo: a preservação de patrimónios-ilha afigura-se como um projecto de sucesso duvidoso que

¹¹ É interessante notar que, depois da afirmação de algumas classificações nacionais, como o estatuto de *Monumento Nacional*, se tenha progredido para uma mais global perspectiva de conservação. Com efeito, ao *Monumento Nacional*, com origem no século XIX, em especial através da intervenção de Alexandre Herculano que, nos Opúsculos publicados entre 1872 e 1873 refere a designação de Monumentos Pátrios (MARQUES e MARTINS, 1995: 16), seguiram-se outras classificações. Na legislação portuguesa, aqui especialmente vocacionada para a preservação de imóveis, foram depois introduzidos os estatutos de *Imóvel de Interesse Público*, em 1932, e o de *Imóvel de Interesse Concelhio*, em 1949. A Lei do Património Cultural Português (Lei n.º 13/85, de 6 de Julho), enquadramento jurídico fundamental da salvaguarda do património cultural, definiu as categorias de *Monumento*, *Conjunto* e *Sítio*, graduando-as de acordo com a sua mais-valias, isto é, *Valor Local*, *Valor Regional*, *Valor Nacional* e *Valor Internacional*, classificações depois confirmadas pela Lei n.º 107/2001 (CARVALHO, 2003). De qualquer dos modos, esta evolução confirma a actual relevância da escala internacional nestas matérias.

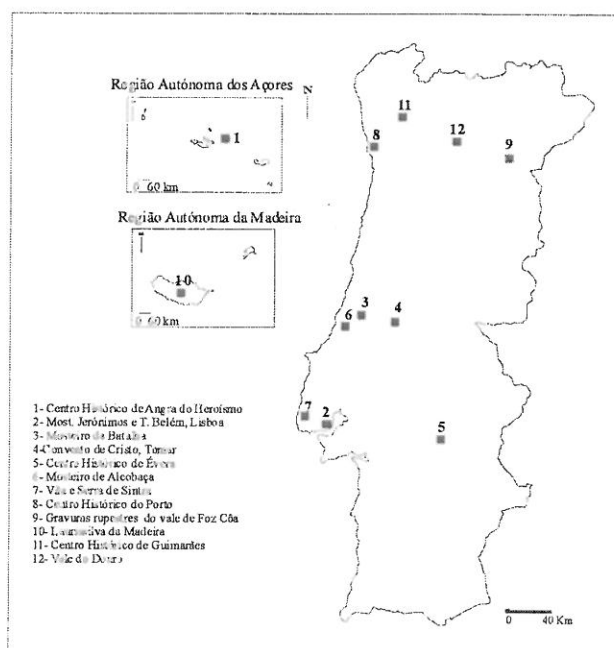


Figura 5
Geografia do Património Mundial português.
Fonte: Elaboração própria

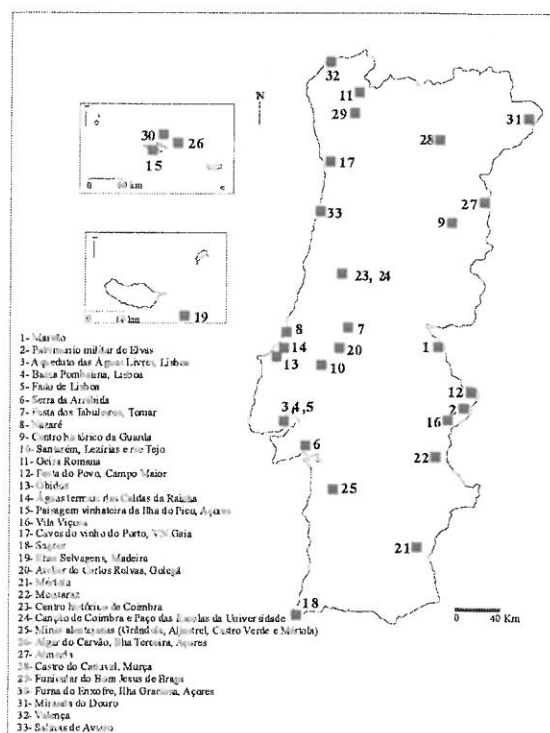


Figura 6
Lista de lugares propostos ou, de alguma forma, referenciados para futuras candidaturas a Património Mundial.
Fonte: Elaboração própria

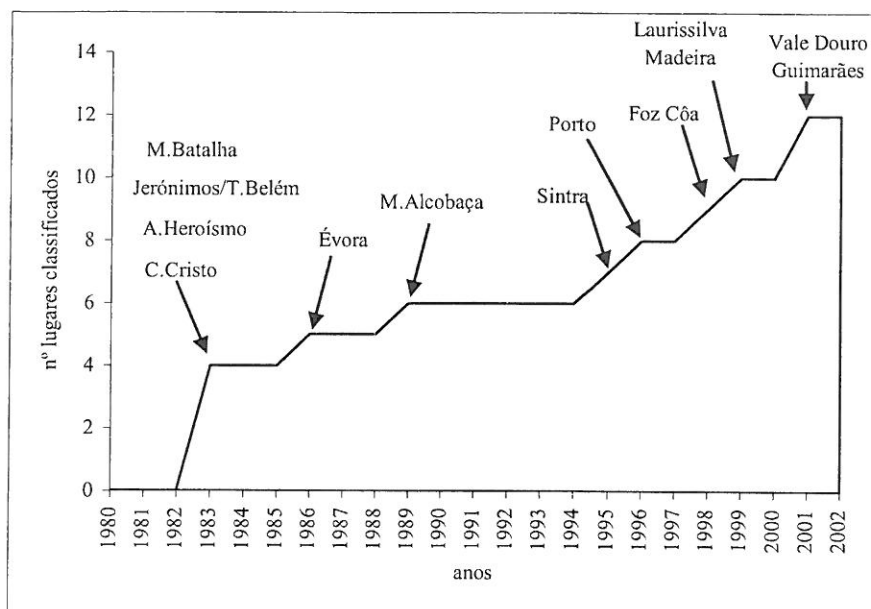


Figura 7

Evolução do número de lugares portugueses classificados na lista de Património Mundial da UNESCO.

Fonte: Elaboração própria

pode falhar pela inexistência de interligações com as realidades territoriais adjacentes e pelo escasso entendimento da lógica territorial dos fluxos e das redes. Na verdade, a classificação de lugares pode falhar porque se preserva um espaço contínuo, ainda que este por vezes se limite a um ponto restrito, numa realidade geográfica actual que se explica também pelas dinâmicas dos fluxos, estes de mais difícil regulação¹². Por outro lado, nem sempre as classificações de lugares, Património Mundial ou outro, se conjugam com as realidades espaciais adjacentes - carências de desenvolvimento das populações, problemas de segurança, como guerras civis, ou projectos de desenvolvimento assumidos pelos próprios Estados que assinaram os tratados de protecção, podem colocar em causa os princípios da preservação.

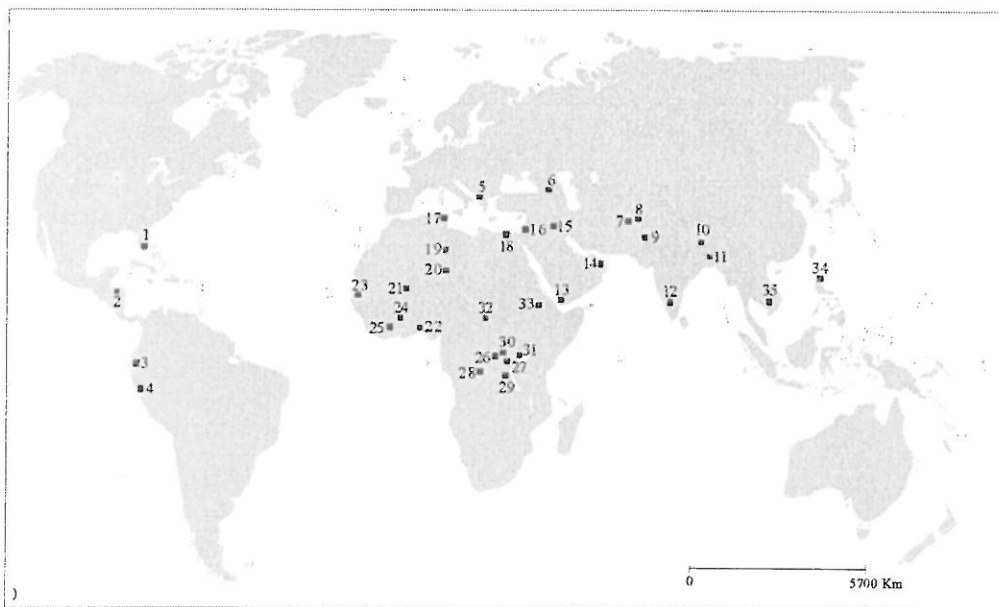
Por tudo isto, a UNESCO organiza a Lista do Património Mundial em Risco, que localiza os sítios nos quais a convenção de salvaguarda não está a ser cumprida. Esta lista de sítios classificados em perigo foi prevista pela própria Convenção do Património Mundial, no artigo 11(4). De acordo com um documento da 6ª sessão do Comité do Património Mundial, realizada em Paris em 1982, essa lista de património classificado em risco tem três objectivos:

- Divulgar para a opinião pública mundial as ameaças que colocam em perigo o valor do património classificado.
- Reiterar o apoio ao esforço que os Estados devem colocar na salvaguarda da integridade do património classificado.
- Promover, dando conhecimento do património em perigo de destruição, o desenvolvimento de campanhas de fundos à escala internacional para apoio à protecção e salvaguarda de bens de interesse universal.

No entanto, esta relação do património em perigo não é exaustiva uma vez que a inclusão de um lugar na lista está sujeita a um conjunto de restrições. De acordo com o artigo 11º da Convenção, a inscrição de um sítio Património Mundial nessa listagem obedece a um conjunto de critérios:

- Estar inscrito na lista de Património Mundial da UNESCO.
- Estar ameaçada por sérios perigos bem identificados e específicos.
- Serem necessárias operações de recuperação.
- Ser pedido o apoio expresso da Convenção do Património Mundial para esses projectos de recuperação.
- Haver uma estimativa dos custos dessa recuperação.

¹² Sobre a relação entre espaço contínuo e espaço fluxo, ver Ferrão (2001) e Haesbaert (2004).



LEGENDA

1. Parque Nacional Everglades (EUA); 2. Reserva da Biosfera do Rio Plátano (Honduras); 3. Parque Nacional Sangay (Equador); 4. Zona arqueológica de Chan Chan (Perú); 5. Butrint (Albânia); 6. Cidade muralhada de Baku (Azerbaijão); 7. Minarete e vestígios arqueológicos de Jam (Afeganistão); 8. Paisagem cultural Vale Bamiyan (Afeganistão); 9. Fonte e jardins Shalamar de Lahore (Paquistão); 10. Vale de Katmandu (Nepal); 11. Santuário Natural de Manas (Índia); 12. Hampi (Índia); 13. Cidade histórica de Zabid (Iémen); 14. Forte Bahla (Omã); 15. Hatra (Irã); 16. Jerusalém; Parque Nacional Ichkeul (Tunísia); 18. Abumena (Egipto); 19. Tipasa (Argélia); 20. Reserva Natural Air e Ténéré (Mali); 21. Timbuktu (Mali); 22. Palácios Reais de Abomey (Benin); 23. Santuário nacional de aves Djoudj (Senegal); 24. Parque Nacional Comoé (Costa do Marfim); 25. Reserva Natural dos Montes Nimba (Costa do Marfim/Guiné C.); 26. Reserva Okapi (R. D. Congo); 27. Parque Nacional Virunga (R. D. Congo); 28. Parque Nacional Salonga (R. D. Congo); 29. Parque Nacional Kahuzi-Biega (R. D. Congo); 30. Parque Nacional Garamba (R. D. Congo); 31. Parque Nacional Montanhas Rwenzori (Uganda); 32. Parque Nacional Manovo-Gounda St. Floris (R. C. Africana); 33. Parque Nacional Simen (Etiópia); 34. Terraços de arroz das cordilheiras filipinas (Filipinas); 35. Angkor (Camboja).

Figura 8

Geografia do Patrimônio Mundial em risco, segundo a UNESCO, em 2003
Fonte: Elaboração própria a partir de UNESCO (2003)

Depois de debeladas as ameaças, esse sítio deve ser retirado da lista de Patrimônio Mundial em risco. Caso a destruição continue após a concretização dos projectos de conservação previstos, deve ser desclassificado.

Em Julho de 2003, o Comité do Patrimônio Mundial identificou 35 lugares Patrimônio Mundial em perigo, numa listagem que prevê uma actualização regular (Figura 8).

Apesar de se tratar de uma geografia variável com o tempo, a maior concentração desses valores patrimoniais em risco ocorre em África, em especial na área dos Grandes Lagos, mas também na costa ocidental. O Médio e Próximo Oriente e, uma área mais alargada, definida *grosso modo* pelo triângulo Baku (no Azerbaijão), Zabid (Iémen) e Katmandu (Nepal), são também espaços de concentração de sítios em risco. Com efeito, estas correspondem no geral a áreas de pobreza, a territórios em conflito, nalguns casos ainda com demografia galopante e crescente assédio sobre os recursos e os bens patri-

moniais. Nesta listagem encontramos património natural e cultural, Reservas Naturais e Parques Nacionais, monumentos e cidades históricas, áreas de património arqueológico e paisagens culturais. Na lista de 2003, são muitas as causas enunciadas mas, numa possível sistematização, no geral correspondem aos factores de risco e de potencial conflito atrás enunciados (Quadro II).

Quadro II

Principais Ameaças ao Patrimônio Mundial em risco, de acordo com o levantamento realizado a partir da lista de Julho de 2003

Ameaças à integridade dos sítios Patrimônio Mundial	Factores Naturais (sismos, erosão,...)
	Exploração intensiva de recursos e projectos de desenvolvimento
	Aumento demográfico e exploração intensiva de recursos
	Conflitos e distúrbios
	Deficiências de gestão

Fonte: Elaboração e sistematização próprias

Na lista de 2003, as ameaças identificadas nos sítios Património Mundial podem, segundo a nossa perspectiva, organizar-se em 5 grupos. Apesar desta divisão, a análise de cada caso sugere que este conjunto de agressões actua muitas das vezes de modo interdependente.

Desde logo, destacam-se as causas naturais. Estas são responsáveis pela degradação verificada em muitos lugares, como é o caso, por exemplo, da Zona Arqueológica de Chan Chan (Perú), afectada quer por processos de erosão no longo prazo, quer pelas chuvas torrenciais e pelos deslocamentos de terreno verificados em 1998 por ocasião do *El Niño*. Também a cidade muralhada de Baku, que integrou a lista de Património Mundial em risco no ano de 2003, sofreu as consequências de um terramoto. A degradação provocada por um tornado foi a causa da inclusão dos Palácios Reais de Abomey nesta lista, em 1985. O avanço das areias do deserto, uma causa natural que pode também resultar de efeitos humanos indirectos, é uma ameaça para Timbuktu, no Mali. De facto, nem sempre é fácil determinar a origem (natural ou humana) destas agressões. O mesmo ocorre no que aos incêndios florestais diz respeito, facto responsável pela degradação verificada nalgumas áreas protegidas incluídas nesta lista, como o Parque Nacional Kahuzi-Biega, na R. D. do Congo, e o Parque Nacional Comoé, na Costa do Marfim. Sabe-se também que muitos destes incêndios florestais têm causa criminosa, que pode ter origem na conflitualidade entre as populações e as autoridades das áreas protegidas. Na Área de Conservação do Pacífico Central, da Costa Rica, muitos incêndios são provocados por caçadores furtivos que, deste modo, pretendem dissimular as suas actividades (BRÜGGEMANN, 2000).

Muita dessa conflitualidade resulta da exploração intensiva de recursos verificada nestas áreas protegidas, facto apontado pela UNESCO como outra das ameaças à integridade dos sítios Património Mundial. O aumento da pressão sobre os recursos está associado à exploração da floresta e a actividades, ilegais sob o ponto de vista da gestão de algumas áreas protegidas, como a caça furtiva ou a pastorícia, como ocorre no Parque Nacional Manovo-Gounda St Floris, uma área protegida da República Centro Africana inscrita na lista de Património Mundial em risco no ano de 1997. O mesmo problema ocorre em áreas como o Parque Nacional Comoé, da Costa do Marfim, ou os Parques Nacionais Kahuzi-Biega e Salonga, da República Democrática do Congo, e o Parque Nacional Sangay, no Equador. A pressão sobre os recursos está muitas das vezes associada ao aumento dos efectivos demográficos. Este é um facto importante quando se tratam, como se referiu, de áreas ainda com demografias muito activas. Estas mudanças bruscas na demografia podem ocorrer devido à chegada de populações refugiadas que, na

ilegalidade, muitas vezes em situação de ruptura, se instalam em áreas protegidas, algumas delas, como se pode verificar por esta lista, incluídas na listagem de Património Mundial. Aliás, a chegada de refugiados e a consequente exploração incontrolada de recursos explica também algum do património em perigo na área da República Democrática do Congo. Por exemplo, no Parque Nacional Virunga chegaram a concentrar-se cerca de 1 milhão de refugiados, com consequências na exploração da floresta e na caça furtiva. A chegada de refugiados junto da Reserva Natural dos Montes Nimba, na África Ocidental, justificou também a inclusão deste espaço protegido na lista de Património Mundial em risco, no ano de 1992. De facto, as perturbações militares e civis estão na base de muitos dos conflitos e das pressões sobre estes espaços. Os conflitos militares, com inevitável envolvimento de populações civis, constituem a chave para entender a inclusão, nesta listagem, de espaços protegidos e classificados como a Reserva Okapi (R.D. Congo), a paisagem cultural do vale de Bamiyan (Afganistão), Angkor (Camboja), a Reserva Natural Air e Ténéré, no Níger, ou o Parque Nacional das montanhas Rwenzori, no Uganda.

Mas, a inclusão de muitos lugares classificados nesta lista da UNESCO pode resultar da exploração intensiva de recursos, não motivada pela sobrevivência quotidiana de populações locais, como nos casos atrás apresentados, mas induzida por objectivos comerciais, por vezes conduzidos por actores (consórcios internacionais, por exemplo) exteriores às áreas em causa. A exploração intensiva de uma mina de ouro nos montes Nimba esteve na origem dos receios da comunidade internacional sobre a integridade desse sítio Património Mundial. Também a exploração excessiva de madeira tem sido um facto na Reserva da Biosfera do Rio Platano, nas Honduras, sítio que integrou a lista do Património Mundial em risco no ano de 1996.

Muitos casos de risco apontados pela UNESCO estão associados a projectos de desenvolvimento mal dimensionados. Servem aqui de exemplo as consequências ecológicas negativas de um programa de desenvolvimento agrícola desenvolvido com o apoio do Banco Mundial, entre as quais a subida do nível freático, com consequências na integridade do sítio classificado de Abu Mena (Egipto).

Nesta listagem do Património Mundial em risco, a construção de estradas está também na base de agressões em áreas como o Parque Nacional Simien, na Etiópia, ou o Hampi, na Índia. Os projectos de desenvolvimento de infra-estruturas têm também colocado em causa a paisagem cultural dos terraços de arroz das Filipinas, justificando assim a sua inclusão na listagem em 2001.

Neste ponto de vista, a construção de barragens tem sido também objecto de atenção por parte do Comité do Património Mundial. Hatra, no Iraque, foi incluído na lista do património em risco, devido a um projecto, entretanto abortado, de construção de uma barragem. Dessa lista faz também parte o tunisino Parque Nacional Ichkeul. A construção de 3 barragens nos rios que alimentam o lago Ichkeul levou a alterações ecológicas, como a salinidade, com efeitos directos na biodiversidade da área.

A única área protegida do mundo desenvolvido incluída nesta listagem é o Parque Nacional Everglades, nos EUA. Neste caso, a intensificação agrícola, com o correspondente uso excessivo de produtos químicos, assim como os efeitos directos de um projecto de diminuição dos riscos de inundações, com consequência na descida dos níveis freáticos, estão entre as razões que justificaram, em 1993, a inclusão desta área protegida na lista de património da UNESCO em perigo.

Noutros lugares, como o vale de Katmandu, no Nepal, ou a Cidade Velha de Jerusalém, as ameaças resultam de um crescimento urbano excessivo e sem planos de regulação. Com efeito, o problema está por vezes na falta de capacidade de gestão de problemas sectoriais, como a expansão urbana, a pressão turística (como é referido também para o caso de Jerusalém ou da paisagem cultural filipina), ou mesmo na incapacidade de gestão dos próprios espaços protegidos.

Em muitos casos, a inclusão dos sítios nesta lista de alerta, deve-se também à incapacidade dos Estados responsáveis pela gestão dos espaços classificados face à degradação e às ameaças que estes são alvo. Falta de meios de gestão, falta de instrumentos e de infra-estruturas das próprias áreas protegidas e carência de recursos humanos e técnicos estão na base da inclusão de muitos lugares neste conjunto de património classificado a merecer especial atenção.

Na verdade, esta lista apresenta uma distribuição espacial que não é de todo inconsequente: localiza-se sobretudo nas áreas de desenvolvimento humano mais baixo. Neste ponto, fica mais um balanço por fazer: até que ponto os interesses colectivos e globais são sensíveis às realidades locais? Onde e como se encontrará o ponto de equilíbrio?

Em conclusão, a classificação de lugares, da rede Património Mundial ou outra, é também uma matéria geográfica. Porque se inscreve no espaço geográfico e condiciona as territorialidades das populações ao estabelecer regras de apropriação dos recursos; porque se envolve nos fluxos globais da actividade turística, que procuram o consumo de diferenciações simbólicas, do distintivo e do que é relevante. É neste sentido que estas classificações: em primeiro lugar, testemunham a construção de um interesse colectivo global, de um

designio planetário de uma comunidade que se aproximou entre si por via da geográfica compressão do espaço-tempo (HARVEY, 1990), a ponto de se assumirem como património global de comunhão alguns elementos espaciais, como as cidades fortaleza, outrora edificados como forma de acção/reacção (defensiva e/ou ofensiva) face ao *outro*; em segundo, são também instrumentalizadas como forma de promoção e marketing territorial, uma via de resposta activa aos desafios de um sistema global de estreitamento parcial das relações espaciais que teve, como consequência, a construção de novas arquitecturas territoriais e mudanças rápidas na posição relativa dos lugares.

Estas classificações interessam ainda aos geógrafos pelo quase sempre difícil equilíbrio entre os contextos locais e os designios colectivos, com o imperativo de se assumir a classificação como uma estratégia de promoção de valores globais, é certo, mas também de desenvolvimento local e de *diferenciação positiva* consequente.

Por fim, estas classificações jogam com a imagem dos lugares e esta (real ou imaginada, efectiva ou construída), diz sempre respeito ao geógrafo.

Bibliografia

-
- ASHWORTH, G. J. and GRAHAM, Brian (2005) - "Senses of place, senses of time and heritage". In G. J. ASHWORTH, G. J. and GRAHAM, Brian (Edit.) - *Senses of place: senses of time*. Ashgate, Aldershot, United Kingdom.
- BRÜGGEMANN, Jens (2000); "National parks and protected area management in Costa Rica and Germany: a comparative analysis". In GHIMIRE, Krishna and PIMBERT, Michel (eds) - *Social change & conservation*. UNRISD, Earthscan, London.
- CARVALHO, Paulo e FERNANDES, João Luís Jesus (2002) - "Paisagem e apropriação dos territórios. Reflexão em torno de dois exemplos comparativos: a Serra da Lousã e o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros". In CAETANO, Lucília (coord.) - *Território, inovação e trajetórias de desenvolvimento*. Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CARVALHO, Paulo (2003) - "Património cultural e iniciativas de desenvolvimento local no espaço rural". In CAETANO, Lucília (coord.) - *Território, do global ao local e trajetórias de desenvolvimento*. Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

- CECCARELLI, Paolo e RÖSSLER, Mechthild (2002) - "Prelude". *Cultural Landscapes: the Challenges of Conservation*. World Heritage Papers, 7, Unesco, Ferrara, Italy.
- DOLLFUS, Olivier (1998) - *A Mundialização*. Publicações Europa-América, Lisboa.
- FERNANDES, João Luís Jesus e CARVALHO, Paulo (2003) - "Património, memória e identidade: repensar o desenvolvimento". In CAETANO, Lucília (coord.) - *Território, ambiente e trajetórias de desenvolvimento*. Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- FERNANDES, João Luís Jesus (2005) - *Território, desenvolvimento e áreas protegidas - a Rede Nacional de Áreas Protegidas e o caso do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- FERRÃO, João (2001) - "Território, última fronteira de cidadania?". *Cadernos de Geografia*, número especial, Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Coimbra.
- HAESBAERT, Rogério (2004) - *O mito da desterritorialização*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- HARVEY, David (1990) - *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*. Blackwell, Cambridge.
- KOTLER, Philip et al (1993) - *Marketing places*. Free Press, New York.
- MARQUES, Helder e MARTINS, Luís Saldanha (1995) - "Património e identidade territorial: apontamentos geográficos sobre novas (uma 'nova') componentes do processo de desenvolvimento". In *Património. Encontros de Divulgação e Debate em Estudos Sociais, Sociedade de Estudos e Intervenção Patrimonial*, Vila Nova de Gaia.
- MATTELART, Armand (2000) - *História da utopia planetária. Da cidade profética à sociedade global*. Bizâncio, Lisboa.
- MOORE, Niamh and WHELAN, Yvonne (ed.) (2007) - *Heritage, memory and the politics of identity. New perspectives on the cultural landscape*. Heritage, Culture and Identity Series. Ashgate, Aldershot, England.
- O'DONNELL, Patricia M. (2004) - "Learning from World Heritage: Lessons from International Preservation & Stewardship of Cultural & Ecological Landscapes of Global Significance". In *George Wright Society FORUM*, vol. 21, USA.
- OST, François (1995) - *La nature hors la loi. L'écologie à l'épreuve*. Série Écologie et Société, Éditions la Découverte, Paris.
- OVP - Organisation des Villes du Patrimoine Mondial (2006). <http://www.ovpm.org> (consultado a 16 de Março).
- PHILO, Chris and KEARNS, Gerry (1993) - "Culture, history, capital: a critical introduction to the selling of places". In Chris PHILO, Chris and KEARNS, Gerry (ed.) - *Selling Places. The city as cultural capital, past and present*. Series Policy, Planning and Critical Theory, Pergamon Press, Oxford.
- PEIXOTO, Paulo (2003) - "Le patrimoine mondial et l'intensification des processus de patrimonialisation". In *Oficina CES*, nº 185. Centro de Estudos Sociais, Coimbra.
- PUREZA, José Manuel (1998) - *O património comum da humanidade*. Col. Saber Imaginar o Social, nº12, Centro de Estudos Sociais, Edições Afrontamento, Porto.
- STIEGLER, Bernard (1994) - *La technique et le temps*. 6 vol., Galilée, Paris.
- UNESCO (2006), http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul_tema.php?t=9 (consultado a 17 de Março).
- WARD, Stephen V. (2004) - *Selling places*. Spon Press, New York.